



**Tribunal de Justiça
do Estado do Maranhão**

CLIPPING INTERNET

08/03/2018 ATÉ 08/03/2018

INDÍCE

1	DECISÕES	
	1.1 BLOG DO MINARD.....	1
	1.2 BLOG DO NETO FERREIRA	2
	1.3 BLOG PÁGINA 2.....	3
	1.4 SITE G1 MARANHÃO.....	4
	1.5 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	5
	1.6 SITE MARANHÃO DE VERDADE.....	6
2	SERVIDOR PÚBLICO	
	2.1 BLOG DO CAIO HOSTÍLIO.....	7

Rigo Teles fala do Dia Internacional da Mulher e homenageia as maranhenses

O deputado Rigo Teles (PV) foi à tribuna da Assembleia, para destacar o Dia Internacional da Mulher, comemorado no dia 8 de março, no mundo inteiro. Mas não posso deixar de registrar a importante data e homenagear as mulheres", disse.

Em sua fala, o parlamentar homenageou as mulheres do Maranhão, especialmente sua mãe, Francisca Teles, a esposa Abigail, a filha Lívia Maria, suas irmãs, e as colegas deputadas Graça Paz, Ana do Gás, Francisca Primo, Andréa Murad, Valéria Macêdo e Nina Melo e as servidoras do Legislativo.

Também foram alvos das homenagens de Rigo Teles as servidoras do Tribunal de Justiça do Maranhão, do Ministério Público, do Tribunal de Contas do Estado, as jornalistas e blogueiras que cobrem as atividades do poder Legislativo, e as demais mulheres que prestam serviço na Assembleia Legislativa.

BRAVAS E GUERREIRAS

Na ocasião, o deputado Rigo Teles homenageou, ainda, as mulheres lavadeiras, as feirantes, as lavradoras, as costureiras, as empregadas domésticas, as policiais, as taxistas, as caminhoneiras, as pilotas de aviões e todas aquelas que trabalham, incansavelmente, pelo desenvolvimento do Brasil e do Maranhão.

Para Rigo Teles, todos os dias do ano são Dia Internacional da Mulher. "As mulheres são bravas, guerreiras e lutadoras. Temos que reconhecer a importância e homenagear nossas mulheres, mães, esposas e filhas", afirmou.

O Dia Internacional da Mulher resulta de vários fatos marcantes, como lutas e reivindicações das mulheres (principalmente nos EUA e Europa), por melhores condições de trabalho, direitos sociais e políticos, que começaram no século XIX e se estenderam até nas primeiras décadas do século XX.

TJMA: campanhas nas redes sociais e rádio web destacam luta e força da mulher

Arte: Carlos Sales/ Asscom TJMA

Neste dia 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, campanhas especiais desenvolvidas pela Assessoria de Comunicação do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) para as redes sociais institucionais e para a Rádio Web Justiça do Maranhão ganham destaque. Spots e postagens inspiradoras reforçam a importância da luta pelos direitos da mulher, igualdade de gênero e combate à violência.

Nas redes sociais, ao longo do mês de março, mulheres importantes na história do feminismo, na defesa dos direitos das mulheres e no combate à violência doméstica são homenageadas e servirão de inspiração para as mulheres que continuam, dia a dia, lutando por mais espaço e igualdade. Com a hashtag #elasfizeramdiferente, a campanha é um chamado para que as mulheres se empoderem e também façam diferente em suas próprias histórias.

A Rádio Web Justiça do Maranhão, por sua vez, traz spots com músicas atuais feministas e mensagens bem diretas sobre o que a mulher deve exigir e não deve tolerar. Entre elas, claro, o destaque ao combate à violência doméstica e familiar em qualquer ambiente e de qualquer forma, que deve ser denunciada pelo disque 180 ou à rede de proteção, hoje fortalecida no Maranhão com a Casa da Mulher Brasileira e ação de diversos órgãos, como o Judiciário, por meio da Coordenadoria Especial da Mulher.

CENÁRIO - Muito já foi conquistado pelas mulheres. Porém, os números estão postos para comprovar que é preciso lutar por muito mais. Tratando-se da violência, uma mulher é assassinada a cada duas horas no Brasil, sendo 4,3 mortes para cada grupo de 100 mil pessoas do sexo feminino. O país ocuparia a 7ª posição entre as nações mais violentas para as mulheres de um total de 83 países, se considerado relatório da Organização Mundial da Saúde (OMS).

No cenário sociocultural, de acordo com o IBGE:

- apenas 7,9% dos municípios possuíam delegacia especial da Mulher em 2014;
- a representatividade feminina no Congresso Nacional é de apenas 11,3%;
- mulheres são mais escolarizadas (37,9%), trabalham mais e são mais ocupadas (dedicam 73% a mais de horas aos afazeres domésticos) e recebem 23,5% a menos que os homens;
- ocupam apenas 37,8% dos cargos gerenciais privados e públicos.

Na Justiça maranhense, as mulheres magistradas representam 35,3%, mas entre as servidoras, a representatividade é maior: 53,13%.

Por isso tudo, é preciso que as mulheres se inspirem e continuem lutando por respeito, contra a discriminação, contra a violência de gênero, igualdade no mercado de trabalho e de tarefas.

O post TJMA: campanhas nas redes sociais e rádio web destacam luta e força da mulher apareceu primeiro em Blog do Minard.

Pedido afastamento de Cabo Campos por 60 dias após espancar a esposa

A deputado estadual e procuradora da Mulher, Valeira Macedo (PDT), se manifestou pela afastamento do deputado Cabo Campos (DEM), da Assembleia Legislativa. O pedido foi realizado no dia 06 de fevereiro ao Conselho de Ética.

Durante pronunciamento, a parlamentar ressaltou a agressão de Campos contra sua esposa Mayra José Brandão Marques Campos, ocorrida no dia 04 de fevereiro, no bairro do Angelim, em São Luís, conforme diz o Boletim de Ocorrência registrado da Delegacia da Mulher.

Valeria informou que pediu ao Conselho de Ética da casa o imediato afastamento do amigo de parlamento pelo prazo de 60 dias até que se formalize o processo disciplinar para cassação do mandato, que será analisado inicialmente pelo presidente da comissão, deputado Rogério Cafeteira.

"Nesse sentido eu informo aos colegas deputados, à imprensa que está aqui presente que a Procuradoria da Mulher estará, nas próximas horas, nós já estamos nos preparando, protocolando um pedido de afastamento cautelar do Deputado Cabo Campos por 60 dias até que seja formalizado o processo disciplinar para a cassação do mandato do Deputado Cabo Campos. Acredito que os elementos que já temos justificam o afastamento do parlamentar no prazo de 60 dias", diz Valeria.

O deputado Cabo Campos foi acusado pela esposa de agressão física e verbal, conforme mostra as imagens abaixo. A vítima aparece com o rosto machucado e usando colete cervical em decorrência das fortes pancadas.

Em decisão da Justiça, Campos foi enquadrado na Lei Maria da Penha com medidas protetiva determinadas pelo desembargador José Luiz Oliveira de Almeida. O magistrado determinou que o parlamentar se "afaste do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida; proibição de aproximação da ofendida, cujo limite mínimo fixo em 200 (duzentos) metros; proibição de manter contato com a vítima, por qualquer meio de comunicação; e proibição de frequentar endereço residencial ou local de trabalho da mesma."

Após o acusado de agressão, usou a palavra a deputada Valéria Macedo, que pediu celeridade e seriedade nas investigações.

O deputado estadual Cabo Campos (DEM) usou o plenário da Assembleia Legislativa para falar sobre a acusação de violência doméstica contra sua esposa.

Segundo o parlamentar, sua altura seria prova de que ele não agrediu Maria José Campos no dia 4 de fevereiro deste ano. Na fala, Cabo Campos questiona a gravidade dos ferimentos de Maria José, afirmando que seriam piores se ele a tivesse espancado.

“Sou um homem de 1,82. As pessoas disseram que eu espanquei a minha esposa, que dei chutes e pontapés na minha esposa. Pergunto aos senhores: se eu desse um soco na minha esposa, como ficaria o rosto dela? Se eu desse chutes na minha esposa, como ficaria o corpo dela?”, declarou Campos, que também é policial Militar.

Após o acusado de agressão, usou a palavra a deputada Valéria Macedo (PDT), que pediu celeridade e seriedade nas investigações.

“Pedi que se apure a conclusão da investigação, a manifestação do Ministério Público e do Tribunal de Justiça”, declarou Macêdo, que também é a Procuradora da Mulher na AL-MA.

A deputada também pediu o afastamento de Cabo Campos por 60 dias. “É uma representação de 15 entidades, feministas e de defesa da mulher que assinaram o pedido”, concluiu a deputada, em entrevista à TV Difusora.

50 casos de feminicídio são registrados em 2017 no Maranhão

Em 2017, a polícia conseguiu prender 280 homens somente na Região Metropolitana de São Luís, acusados de cometer crimes contra as mulheres.

No Maranhão foram registrados 50 casos de feminicídio em 2017. Desse número, nove ocorrências aconteceram somente na Região Metropolitana de São Luís, além dos outros casos que foram enquadrados como tentativa de feminicídio.

No ano passado, a polícia conseguiu prender 280 homens somente na Região Metropolitana de São Luís, que foram acusados de cometer crimes contra as mulheres e a maioria desses foram registrados como lesões corporais. Até fevereiro deste ano, o número de casos de feminicídio chega a onze registros.

Nesta quarta-feira (7), o achado de uma ossada humana perto da subestação de energia de Alcântara, a 30 km de São Luís, aumentou a suspeita de mais um caso de feminicídio no Maranhão.

A suspeita da família é de que o corpo seja da empregada doméstica Alexandrina do Livramento Garcia, de 36 anos, que desapareceu no dia 20 de novembro do ano passado. Antes de desaparecer, ela estava na companhia do marido Cleiton Mendes, o principal suspeito de ter cometido o crime. Ele chegou a ficar um mês preso, mas como o corpo da vítima não foi encontrado, ele foi solto pela Justiça. Em seus depoimentos, o suspeito negou o crime.

Agora a família da vítima aguarda o resultado da perícia na ossada para por fim a um sofrimento que já dura três meses. “No meu coração eu já estou sofrendo, minha cabeça está pensativa. Não sai do meu sentido e da minha cabeça, a minha filha. Todos os finais de semana ela vinha aqui, nos dias de folga que eram as terças-feiras ela também vinha aqui”, conta Feliciano Garcia, mãe da vítima.

Alexandrina do Livramento Garcia e o marido Cleiton Mendes, principal suspeito de ter assassinado a esposa. (Foto: Reprodução/TV Mirante)

Alexandrina do Livramento Garcia e o marido Cleiton Mendes, principal suspeito de ter assassinado a esposa. (Foto: Reprodução/TV Mirante)

A polícia ainda procura por Nahim Lemoel da Silva Ribeiro, que em 2017, ateou fogo na mulher e ainda a trancou em casa em chamas, para que ela não conseguisse sair e morresse queimada. A vítima Diele Yasmin Viana Costa, de 22 anos, conseguiu ser resgatada pelos vizinhos no bairro Cidade Operária em São Luís. Ela foi levada para o Hospital Socorrão II e teve 40% do corpo queimado. O agressor está solto e teve a prisão preventiva decretada pela Justiça.

Apesar das denúncias serem realizadas diariamente na Delegacia da Mulher em São Luís, muitas mulheres acabam desistindo de levar o processo adiante para tentar proteger o agressor, mas segundo a polícia é dado o andamento nas investigações.

“Se tratando dos crimes de lesão corporal que são crimes de ação penal pública em condicionada, ainda que a mulher não queira dar procedimento à investigação esse inquérito tem que ser incluído e remetido a Justiça. Nos casos de ameaça, uma vez instaurado inquérito ele é remetido à justiça e lá, caso essa mulher já tenha se reconciliado ou queira desistir ela pode fazer isso. Toda investigação aqui iniciada tem que ser finalizada e remetida ao Poder Judiciário”, explica Wanda Moura, Delegada da Mulher.

Coronel nega envolvimento com a máfia do contrabando

Ex-comandante do 21º BPM preso em Belém, é trazido para São Luís, depõe na Seccor e diz que não sabe de que está sendo acusado e que vai provar sua inocência; militar já está no presídio Polícia Militar, no Calhau.

SÃO LUÍS - O ex-comandante do 21º Batalhão da Polícia Militar, tenente-coronel Antônio Eriverton Nunes de Araújo, de 49 anos, está desde o início da noite de ontem preso em uma das celas do presídio militar, conhecido como Manelão, na sede do comando geral da Polícia Militar, no Calhau. De acordo com informações da polícia, o oficial foi preso na tarde de terça-feira, 6, na Região da Grande Belém, no Pará, acusado de fazer parte da organização criminosa especializada em contrabando de carga, da qual faz parte policiais e políticos. Uma operação da polícia na madrugada do dia 22 de fevereiro acabou prendendo uma parte do bando em um sítio, no povoado Arraial, no Quebra-Pote.

“Não estou sabendo do que estou sendo acusado, mas vou provar a minha inocência”, declarou Antônio Eriverton ao desembarcar do helicóptero do Centro Tático Aéreo (CTA), na sede da Secretaria de Segurança Pública (SSP), na Vila Palmeira. Ele disse, também, que foi detido quando estava fazendo um curso de especialização de polícia na Escola Militar da Polícia do Pará, em Marituba, localizada na Região da Grande Belém.

Após a detenção, o oficial foi levado para a sede do comando geral da Polícia Militar do Pará, na capital paraense, e na manhã de ontem, foi apresentado ao comandante do Centro Tático Aéreo (CTA), coronel Ismael Fonseca. Ele chegou a São Luís, no começo da tarde e foi levado para Superintendência Estadual de Combate a Corrupção (Seccor), no São Francisco, escoltado pela viatura do Batalhão de Operações Especiais (Bope).

O coronel Sodré, comandante do Bope, informou que a determinação da cúpula da SSP era para apresentar Antônio Eriverton ao superintendente da Seccor para ser ouvido e em seguida ser apresentado ao comando geral da Polícia Militar onde vai ficar preso à disposição do Poder Judiciário.

O tenente-coronel Eriverton estava acompanhado na sede da Seccor do seu advogado, Wanderson Barbosa, que afirmou que, ao tomar ciência sobre o teor da prisão, vai tomar as devidas providências. O advogado declarou, ainda, que o seu cliente tem 27 anos de carreira policial e até o momento não havia nada que desabonasse a sua conduta.

Habeas corpus

O pedido de habeas corpus em favor do ex-superintendente estadual de Investigações Criminais (Seic), delegado Thiago Bardal, também acusado de fazer parte desse bando, vai ser apreciado ainda esta semana pelo desembargador João Santana de Sousa, que faz parte da 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça.

Na última terça-feira, a desembargadora plantonista Nelma Celeste de Souza redistribuiu o pedido de habeas corpus, impetrado pelos advogados de defesa de Bardal. Eles alegaram que o seu cliente estava preso desde o último dia 2 em uma das celas da unidade prisional destinada a policiais civis, na Cidade Operária, em cumprimento a uma ordem judicial assinada pelo juiz da 1ª Vara Criminal da Comarca de São Luís, Ronaldo

Maciel. Nesse pedido foi alegado que Bardal era acusado de cometer crime de contrabando que compete à Justiça Federal e a peça acusatória ainda está na fase pré processual de investigação.

O magistrado João Santana também vai apreciar o pedido de habeas corpus solicitado pela defesa do tenente-coronel da Polícia Militar, Reinaldo Elias Francalanci, que está preso desde a tarde de sábado, 3, acusado também de fazer parte dessa organização criminosa.

Já o pedido de habeas corpus impetrado pelos advogados de defesa de Ricardo Jefferson Muniz Belo, que também foi preso acusado de integrar esse bando, no fim de semana, foi denegado pelo desembargador plantonista, Kleber Costa Carvalho.

Mais prisões

Também estão presos, acusados de fazer parte do bando, o soldado da Polícia Militar, Patrick Sérgio Moraes Martins, o ex-vice prefeito de São Mateus, Rogério Sousa Garcia, o sargento Joaquim Pereira de Carvalho Filho, o soldado Fernando Paiva Moraes Júnior, o soldado Paulo Ricardo Carneiro Nascimento e os civis, José Carlos Gonçalves, Éder Carvalho Pereira, Edmilson Silva Macedo e Rodrigo Santana Mendes.

Entenda o caso

Durante a madrugada do dia 22 de fevereiro deste ano foi realizada uma operação da Polícia Militar, que desarticulou uma organização criminosa especializada em contrabando de mercadorias oriunda do Suriname. A base desse bando era um sítio no povoado Arraial, no Quebra-Pote, onde foi preso uma parte do bando criminoso e conduzida a sede da Seccor, no bairro do São Francisco. Ainda no local, foi apreendido arma, munição, veículos e carga de cigarro e uísque. No decorrer da investigação mais dois galpões foram encontrados e a carga contrabandeada, segundo a polícia, é em torno de R\$ 100 milhões.

FRASE

“Não estou sabendo do que estou sendo acusado, mas vou provar a minha inocência”.

Tenente-coronel Antônio Eriverton, acusado de integrar bando de contrabandistas

Número

R\$ 100 milhões

É quanto a polícia avalia a carga de cigarros e uísque apreendida com os contrabandista sem três depósitos descobertos na zona rural de São Luís.

Investigações apontam que prefeito realizou contratações ilegais em Matões do Norte

A Promotoria de Justiça de Cantanhede ingressou com uma Ação Civil Pública contra o Município de Matões do Norte (termo judiciário da comarca), na qual cobra a exoneração de profissionais contratados irregularmente e a nomeação dos aprovados em concurso público.

As investigações do Ministério Público apontam que o atual prefeito, Domingos Costa Correa, realizou uma série de contratações sem prévia aprovação em concurso público. Informações como a relação dos contratados, com datas e cópias dos contratos, só foram obtidas pela Promotoria após decisão judicial.

Verificou-se que vários dos profissionais contratados assumiram cargos para os quais existiam aprovados em concurso público dentro do prazo de validade, como médico, assistente social, psicólogo e professor. Em uma reunião realizada na Promotoria de Justiça, em 22 de janeiro, o Domingos Correa se comprometeu a apresentar um cronograma de nomeação dos 84 candidatos aprovados dentro do número de vagas no último certame, o que não aconteceu.

"A verdade é que aprovados no concurso público são obrigados a ver pessoas não aprovadas no certame ingressarem no serviço público simplesmente porque seu maior atributo é ser aliado político do prefeito, gerando revolta nos pais de família que, por mérito, conquistaram a tão almejada aprovação no concurso público, o que, ressalte-se, tem validade apenas até maio", observa, na ação, o promotor de justiça Tiago Carvalho Rohrr.

A ação conta que, durante a semana de capacitação pedagógica promovida pelo Município, entre 20 e 23 de fevereiro, oportunidade em que estava presente o prefeito de Matões do Norte, o presidente da Câmara de Vereadores teria informado aos presentes que "os contratos já estão sendo preparados, em uma clara referência de que as contratações de temporários continuarão".

O Ministério Público pede que a Justiça determine, em medida liminar, a nulidade de todas as contratações de servidores para cargos efetivos sem prévia aprovação em concurso público, em especial para aqueles em que haja aprovados. O Município também deve se abster de contratar servidores irregularmente, sob pena de multa diária de R\$ 500 por servidor contratado, a ser paga pessoalmente pelo prefeito Domingos Costa Correa.

Também foi pedida a condenação do Município de Matões do Norte à obrigação de contratar imediatamente os 84 candidatos aprovados no último concurso público e que estão dentro do número de vagas previstas no edital do certame.